

Sumário

Prefácio à nova edição	11
Prefácio à primeira edição	17
Introdução • Jornalismo: <i>fazer</i> es intencionados	21

Parte I • Pragmática viva

O Rastreamento	40
1. Racionamento de água em São Paulo	42
2. Tempos de Magri: ribalta e bastidores	48
3. Interpretação livre	51
4. Um repórter que opta	54
5. A isca e o peixe	57
6. O rombo do Ipesp	59
7. A greve “bancada”	63
8. Justicheiros protegidos	65
9. O “crime” de Juarez	68

Parte II • O poder de (des)informar

1. O espaço da incompetência	72
2. A força do boato	76
3. A capacitação das fontes	83
4. A “arbitragem” nas redações	92

Parte III • O poder da norma

1. Primado das organizações	108
2. Muitos propósitos, poucos princípios	122
3. Patologia complexa	131

Parte IV • Propostas teóricas

1. Descrição pragmática da ação jornalística 140

2. Algumas idéias decorrentes 145

Bibliografia 153

Prefácio à nova edição

É BOM SABER QUE *Pragmática do jornalismo*, livro pensado e escrito no início dos anos 90 do século passado, entra em sua terceira edição ainda com plena capacidade de responder a demandas pedagógicas sobre jornalismo.

O texto talvez precisasse, aqui e ali, de pequenos retoques de atualização. Mas decidimos, eu e editora, manter o livro tal como veio a público em 1994. Delega-se aos leitores, assim, a tarefa de fazer cruzamentos entre as reflexões propostas na obra e as contradições da realidade vivida, nos espaços do seu idealismo e da sua experiência de estudantes ou profissionais.

Para ajudar nesse processo de atualização por co-autoria, decidimos acrescentar ao livro um novo prefácio, abordando questões que hoje, a meu ver, têm relevância especial na teoria jornalística. E, para essa troca com os leitores, faço o aproveitamento de idéias que venho espalhando por aí, em palestras, aulas, entrevistas, livros e artigos.



Quaisquer que sejam as voltas teóricas das reflexões acadêmicas sobre o objeto “linguagem jornalística”, nada se explica fora do pressuposto que organiza as expectativas sociais em relação ao jornalismo – o de que o discurso jornalístico contém o predicado essencial da veracidade.

Ser veraz é, pois, marca de caráter na linguagem jornalística e na profissão de jornalista.

Não se deve, porém, confundir veracidade com objetividade.

No sentido em que no jornalismo tradicional se coloca o conceito, objetividade seria a capacidade de observar os fatos em sua realidade material, e só, sem “deformações” resultantes da perspectiva individual do jornalista observador. Os fatos jornalísticos seriam, pois, “objetos concretos”, livres de componentes abstratos. Compreensíveis, portanto, pelo que são, não pelo que possam valer ou significar.

Ora, isso é incompatível com uma linguagem que, por natureza e vocação, deve atribuir valor às coisas que narra. Ao contrário do que nos propõe o racionalismo da objetividade, tanto para o jornalista narrador quanto para a narração jornalística, as coisas (os fatos, as falas, os protagonistas que agem ao dizer e dizem ao agir...) valem pelo que significam. Se não fosse assim, não haveria como justificar o jargão nutrido até pelos defensores da objetividade, aquele que, nos manuais, manda começar a notícia “pelo que é mais importante”.

Trata-se de uma regrinha de inquestionável eficácia, nas artes do “bem fazer” jornalismo, que, embora pareça tributo à objetividade, pertence na verdade ao mundo abstrato da interpretação – porque não é possível à mente humana escolher ou determinar “o mais importante” sem o exercício subjetivo da valoração dos fatos a narrar.

Os fatos jornalísticos têm a sua dimensão material, sim. Ela é, aliás, indispensável à articulação narrativa. Mas notícia e reportagem não são relatos frios de coisas meramente materiais. No âmago dos conteúdos, a clareza cognitiva está associada à percepção de causas, efeitos e significados do acontecido.

Ou seja: os fatos valem pelas razões que os geram, pelas intenções que os controlam e pelas conseqüências que produzem ou podem produzir.

No jornalismo, a objetividade simplesmente não existe. Porque a observação e o relato estão no espaço estético da intervenção individual, sob a perspectiva escolhida pelo sujeito narra-

dor. Não há como ser objetivo no exercício criativo de escolher ângulos, enfoques e relevâncias.

Há quem confunda objetividade com precisão. Pois são coisas diferentes. Objetividade pertence ao universo das atitudes mentais. É um conceito de “objeto real”, a ser visto pelo que é, não pelo que significa. Já a precisão é o resultado do uso competente de um conjunto de técnicas (de observação e captação) que servem aos fundamentos da linguagem jornalística, para que nela seja preservada a natureza asseverativa, sua principal característica.



Devemos às crenças da objetividade a criação e a manutenção do velho paradigma que propõe a divisão do jornalismo em classes de textos opinativos e textos informativos. Trata-se de uma fraude teórica surpreendentemente persistente, já secular.

A conservação dessa matriz mentirosa esparrama efeitos que, além de empobrecer o ensino e a discussão do jornalismo, tornam cínicas as suas práticas profissionais. Fala-se em separação de opinião e informação como se a manchete não contivesse um ponto de vista, ou não fosse o resultado de uma intervenção opinativa provavelmente complexa.

No ofício de fazer reportagens, entrevistas, notícias e editoriais, o jornalista exercita a arte de narrar ou argumentar. E o faz associando os fatos às idéias, os dados às emoções, os acontecimentos à reflexão, os sintomas ao diagnóstico, a observação à explicação, o pressuposto à aferição.

Não há, pois, como definir uma fronteira entre opinião e informação. Pela simples razão de que não existe essa fronteira.

Existe, sim, uma relação interativa, dialética, estratégica, criativa, permanente, entre informação e opinião. E nessa relação se constrói o jornalismo, tanto nos esquemas da narração (para relatar os fatos) quanto nos esquemas da argumentação (para comentar os fatos).

O que dá estrutura, eficácia e beleza ao discurso jornalístico é a variedade das formas (gêneros e espécies) agrupadas em esquemas narrativos e esquemas argumentativos – ambos com informação e opinião, em proporções e estratégias diferenciadas.



No plano pragmático da linguagem, o principal problema que se coloca ao jornalismo atual está em algo a que podemos chamar de “Revolução das Fontes”. Uma revolução gerada pelas tecnologias de difusão, graças às quais a notícia se tornou a mais eficaz ferramenta do agir institucional, nos cenários e conflitos da atualidade.

As fontes, hoje sujeitos institucionalizados, se capacitaram para produzir acontecimentos noticiáveis. Aprenderam a gerar conteúdos e a interferir na pauta jornalística. E transformaram o jornalismo em espaço público dos conflitos em que se movimentam, usando-o para agir e interagir no mundo, à luz dos seus interesses, provavelmente legítimos.

Para a democracia, é ótimo que os sujeitos sociais sejam capazes de articular e difundir os seus próprios discursos. Mas o jornalismo precisa, urgentemente, descobrir, tomar consciência, se preparar para exercer os novos papéis que lhe cabem, em uma sociedade movida pelas energias da informação e pelos embates discursivos de instituições que sabem o que dizer, como dizer e quando dizer.



A discussão, complexa, deve ser iniciada pelo reconhecimento de que o jornalismo entrou no século XXI em estado de crise. E, para bem enxergar o que se passa, deve-se recuperar o que se entendia por jornalismo antes de a crise surgir.

Em seu livro *A opinião no jornalismo brasileiro*, José Marques de Melo percorre alguns dos autores que ao longo do século XX mais profundamente estudaram o assunto. E propõe a seguinte síntese:

Jornalismo é concebido como um processo social que se articula a partir da relação (periódica/oportuna) entre organizações formais (editoras/emissoras) e coletividades (públicos receptores), através de canais de difusão (jornal/revista/rádio/televisão...) que asseguram a transmissão de informações (atuais) em função de interesses e expectativas (universos culturais ou ideológicos).

Temos, aí, o entendimento do jornalismo como processo inteiramente controlado pelo jornalista, em torno do qual tudo girava. Trabalhava-se com uma noção passiva de atualidade (“as coisas que aconteciam”), sobre a qual o jornalista atuava de forma determinante, com a sua capacidade de “captar e recriar fatos”. Só acontecia o que fosse noticiado pelo jornalista, e sob sua decisão. Logo, não havia notícia fora do jornalismo e sem a intervenção mediadora do jornalista. E as fontes, reduzidas a entes sem vida própria, nem citadas eram. Como se não fizessem parte do todo.

A crise resulta da superação desses conceitos pela realidade nova, moldada no ambiente criado pelas modernas tecnologias de difusão. E a mais importante decorrência da vertiginosa evolução tecnológica é, a meu ver, a irreversível expansão de práticas e estruturas de democracia participativa, com sujeitos sociais dotados de alta capacidade de intervenção na vida real de nações e pessoas.

Nessa nova realidade, o *todo* do processo jornalístico foi profundamente alterado por uma nova relação entre o *fato* e a *notícia*. No velho conceito e na velha realidade, havia um intervalo – o intervalo que o poder das redações ocupava – entre “o acontecido” e “o noticiado”. Na ocupação desse intervalo, e no controle que exercia sobre a atualidade, se fundamentava o poder da ação jornalística.

Pois esse intervalo desapareceu, e aí está a razão primeira da crise. As redações perderam o controle sobre a notícia, que corre o mundo na dimensão do tempo real, livre e solta, em redes universais, para efeitos imediatos.

O controle da notícia pertence, hoje, a quem produz os acontecimentos, os fatos, as falas, ou seja, os conteúdos discursivos que o jornalismo socializa.

Tendo “o fato produzido” e a sua notícia como principais ferramentas de ação, as fontes, antigamente passivas, se transformaram em instituições deliberadamente produtoras de conteúdos, por meio de fatos noticiáveis.

Mas o jornalismo não está destruído. Ao contrário: como espaço público de embates discursivos e linguagem confiável de relato e comentário, cumpre papel cada vez mais importante nas sociedades democratizadas e nos processos da construção democrática.



Em tempos de revolução das fontes, duas recomendações devem ser feitas aos jornalistas em formação, nas faculdades, ou em início de carreira, nas redações – para os quais escrevo preferencialmente:

- 1 Olhar e entender, sem arrogância nem frustrações, a dinâmica nova em que atuam.
- 2 Cultivar a sabedoria da humildade.

São veredas que podem ajudar a alcançar a lucidez necessária para descobrir e compreender os novos papéis que o mundo de hoje solicita dos jornalistas. Provavelmente, papéis de narrador crítico, confiável, independente, radicalmente honesto, comprometido com o projeto ético da sociedade – intelectualmente preparado para a observação, o entendimento e a elucidação dos conflitos da atualidade.

Como autor, espero que este livro, em sua terceira edição, continue a ajudar na formação de bons profissionais, para os tempos novos do jornalismo.

Prefácio à primeira edição

ESTE LIVRO É O resultado de uma longa e obstinada reflexão. Longa, porque seu autor concebeu-o com o verniz amadurecido e resistente de um tempo de maturação, tempo que descortina a riqueza de uma vida diversificada no jornalismo e um bem aproveitado espaço de estudos na pós-graduação. Obstinada, sim, porque Manuel Carlos Chaparro é um espírito talhado com a faca da vontade. De sua longa caminhada de modesto operário, quando jovem, em Portugal, ao patamar de pensador arguto – porém sempre modesto – emergem um fio de garra e amplos objetivos cumpridos. Como os vinhos velhos, com seu buquê esplendoroso, este trabalho carrega sabor e aroma de surpresa e novidade.

A surpresa está no próprio objeto central da proposta. Trata-se de uma investigação em torno de um conceito complexo, que demanda habilidade (e coragem) para ser analisado: a questão da intenção. Ao final da leitura desta reflexão, os resultados são bastante gratos. O tema é analisado com propriedade e o estudo da “intenção como liga que funde a ética, a técnica e a estética, componentes solidários e inseparáveis das ações jornalísticas”, converge em uma descrição fluida e clara sobre o que o autor denomina de “macropragmática da ação jornalística”.

A teia de relações construída escancara questões centrais do jornalismo, como o jogo de intenções que motivam as mensagens, os princípios éticos (e aéticos) que emolduram o dia-a-dia das redações, chegando até nas formas como o leitor decide sele-

cionar uma mensagem, estejam claras, explícitas ou não as intenções das fontes e dos codificadores. Chaparro põe a nu as contradições e incongruências dos operadores jornalísticos. Desvenda o que está por trás dos discursos éticos, desmancha as paredes aparentemente sólidas (e sempre usadas como pretexto) da objetividade e desenha as artimanhas do poder por trás da manipulação das informações.

Para cercar o núcleo do objeto, valeu a experiência do profissional. Conhecedor dos meandros e cantinhos das redações, construiu um interessante (e original) processo de busca, por meio do rastreamento de reportagens. Trata-se, na verdade, de um eficiente método para descobrir as dissonâncias entre o dito e o não-dito, a verdade e as versões, as mentiras, as falsidades, os objetivos explícitos e implícitos das fontes. O leitor, destino das ações jornalísticas, como elo final do sistema, arredonda a operacionalidade e eficácia do método. Certamente, esta maneira de abordar o fenômeno abre amplas janelas para os pesquisadores do fato jornalístico.

De forma lógica, idéias e capítulos bem concatenados, o autor nos presenteia com uma imensa trilha do caminhar jornalístico, aí insertos os marquetizados manuais de redação, transformados em fortes centros de poder, controle e irradiação de influência. Chaparro mostra as deficiências, as falhas e dissonâncias dos manuais, expondo-os no amplo corredor entre a teoria e a prática.

E, arrematando a reflexão, encontramos um fluxograma que estabelece as relações entre os conceitos-chave que guiam os capítulos: ação consciente–fazer–técnicas–estética–intenções–razões éticas–relato veraz e processo social. Trata-se, enfim, de um esforço extraordinário para reunir, num só livro, idéias e pensamentos que ocupam diversos campos do conhecimento. É um livro multidisciplinar, bem amparado pela rigidez de conceitos já consagrados, costurados pela paciência do jornalista–artesão, que domina, com rara sensibilidade e expressividade, as áreas do texto, da estética e enquadramento das massas jornalísticas nos

espaços, do fotojornalismo, dos processos de edição e até dos processos de produção industrial e gráfica.

Manuel Carlos Chaparro consegue oferecer ao leitor brasileiro um livro denso, cheio de novidades e muito útil para a compreensão da realidade jornalística nacional.

GAUDÊNCIO TORQUATO

São Paulo, setembro de 1993